

MIGUÉNS, Maria Isabel N. – *Tombo (O) do Hospital e Gafaria do Santo Espírito de Sintra*.
Cascais, Patrimonia, 1997, 220 p.*

Os professores da Universidade Autónoma de Lisboa não cessam de se valorizar, quer pela aquisição de novos graus académicos, quer pela publicação de trabalhos, fruto da investigação própria. É justo, porém, que aos docentes do curso de *História* se lhes dê um relevo especial, porque se têm distinguido neste esforço colectivo por conseguirmos enfim um corpo docente próprio, ao serviço exclusivo da nossa Universidade.

O livro que hoje se apresenta, a tese de mestrado de Maria Isabel Nunes Miguéns, *O Tombo do Hospital e Gafaria do Santo Espírito de Sintra*, não é a primeira publicação de uma tese de um Mestre em *História* na Universidade Autónoma de Lisboa. Temos já, publicada, em 1992, pela Câmara Municipal de Santarém, a do Mestre Francisco Teixeira sobre *O Mosteiro de Santa Maria de Almoester*, e já iniciámos diligências para que, em breve, tenhamos editadas mais duas teses de Mestres nossos: a do Dr. Fernando Martins e a do Dr. Miguel de Faria, que concluíram, com grande êxito, o mestrado na Faculdade de Letras do Porto. Outros Mestres há no curso, que não desejo esquecer – Isabel Moser, Telma Ruas, Maria João Sousa Machado, Fernando Amorim, Maria Graciana Marques, Adolfo Martins, Maria Armanda Taveira, Hermínio Esteves, Rita Garnel, cujas dissertações também gostaríamos de ver um dia publicadas, ou melhor, impressas em letra de forma.

O Tombo do Hospital e Gafaria do Santo Espírito de Sintra é o livro ideal para ser apresentado como dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática. Nada mais adequado, já que o *Tombo* é um códice dos começos do século XVI, e como tal foi apreciado na Faculdade de Letras de Lisboa. Espero que lhe tenha sido dado o valor que realmente contém, o que, por

* Intervenção na sessão de lançamento da obra aqui recensada (UAL/Boavista, 1998/03/31).

circunstâncias ocasionais, nem sempre acontece, mas, para além do mais, que é secundário, o que fica para sempre é o trabalho realizado, é o livro, e esse, se for vencedor das barreiras do tempo, como é o caso da presente dissertação, penso eu, perpetuará o nome do seu autor. E isto é o que mais se deseja.

Um grande Mestre de Direito na Universidade de Coimbra, o Prof. Mário de Figueiredo, habituado a participar na discussão de teses de doutoramento noutros tempos em que arguentes e arguidos se degladiavam ferozmente, dizia-me um dia que uma tese de doutoramento é um trabalho que, passados uns anos sobre a sua discussão pública, o autor, ao folheá-la de novo, reconhecia que o livro não era assim tão mau, nem o autor tão ignorante como o júri pretendia fazer crer. O mesmo se passa hoje, *mutatis mutandis*, com muitas das teses de mestrado, que são uma inovação relativamente recente. Por escassez de tempo, ou quaisquer outras razões, teses há a que só mais tarde se reconhece o devido mérito.

A tese de Maria Isabel Miguéns consta de duas partes, a primeira precedida de um «preâmbulo» explicativo da opção pelo tema e do seu interesse local e nacional, conjuntamente com os agradecimentos a quantos a estimularam ou apoiaram na redacção do seu trabalho. Por mim, estou convencido de que uma razão muito forte foi determinante na escolha do tema: Isabel Miguéns exerceu o cargo de directora do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Sintra, onde, desde logo, se apercebeu do valor pluridisciplinar do códice que veio a estudar, bem como de outros que lá existem. Pôde então e soube aproveitar-se do trabalho já realizado e das orientações preconizadas por João Martins da Silva Marques na reconstituição do cartório da Santa Casa, fatalmente atingido no seu espólio documental pelo terramoto de 1755. Silva Marques, antigo director da Torre do Tombo, hoje injustamente esquecido, que deixou de Sintra uma monografia que, com a de Monte Real por Manuel Heleno e a de Benavente por Álvaro Rodrigues de Azevedo e Ruy de Azevedo, foi por muitos anos considerada uma das três melhores colectâneas de *Subsídios para a Bibliografia da História Local Portuguesa*, matéria em que Mesquita de Figueiredo, estimulado por Costa Veiga, trabalhou activamente na Biblioteca Nacional de outro tempo.

Nesta primeira parte do seu estudo, a Autora ocupa-se dos antecedentes e formação da Misericórdia de Sintra, aproveitando bem a pouca documentação

de que dispôs para o conhecimento da instituição em época anterior ao século XVI. O mais antigo documento que cita, relativo ao Hospital do Santo Espírito da vila de Sintra é a pública-forma de um emprazamento, datada de 1412. Com o século XVI e, sobretudo, com a criação da Confraria da Santa Casa da Misericórdia de Sintra, por vontade da rainha D. Catarina, mulher de D. João III, é possível dispor de mais documentação que permite à Autora estudar «a invocação do hospital de Sintra», «a estrutura da confraria de Santa Maria» e, em larga exposição, «o Hospital do Santo Espírito, funções e organização».

Muito interessante é o capítulo dedicado ao «universo humano subjacente ao Tombo», pela variedade de informações de carácter antroponímico, toponímico e até na designação de actividades profissionais, terminologia sempre útil ao filólogo. Cito, ao acaso, um exemplo: a menção da forma *Jane* para o nome do corregedor João Mendes, em documento de 27 de Julho de 1414, ajuda-me na convicção em que estou de que o topónimo actual *Janas* não é mais do que uma forma de evolução de *Joannes*, contrariamente ao que tem sido até hoje defendido.

As análises codicológica, paleográfica e diplomática são, como se impõe em trabalho desta índole, tratadas com o rigor exigido, e constituem, sem dúvida, uma parte substancial desta dissertação. Há um aspecto, no estudo diplomático, que aproveito para referir em particular. A Mestre Isabel Miguéns escreve, a p. 88: «*Sabemos que “tombo”, “cartulário” e “livro-registo” são termos que genericamente se aplicam a colecções de documentos. Através da etimologia da palavra “tombo” talvez fosse possível conhecer mais perfeitamente o seu significado. Carolina M. de Vasconcelos, ao conceber a noção de “um montão de escrituras que estão como enterradas”, associou-a ao étimo túmulo/tombo ou túm(u)lo. J. Corominas, que também discorre sobre a possível etimologia do termo, ainda que expressando uma certa hesitação, não exclui a referida relação com alguma coisa que é guardada “em monte”, e lembra as dependências paroquiais e monásticas, onde se amontoavam documentos e objectos antigos*».

Ora, para mim, e já o tenho dito por diferentes vezes, o étimo de «tombo» é o substantivo *tomu-*. *Tombo* e *tomo* são uma e a mesma palavra: *tomo* é forma erudita, *tombo* é forma popular. A explicação fonética é fácil: a consoante bilabial nasal *m* desdobra-se nos seus dois componentes: o nasal, representado por *m*, e o labial representado por *b*. Quanto ao sentido, o latim *tomus* já aparece em

São Jerónimo numa carta com o significado de *livro, fascículo*. O *Morais* regista para *tomo* o sentido de «volume de alguma obra», e para *tombo* o de «inventário autêntico dos bens, rendas, direitos, encargos, demarcações»; para *Torre do Tombo*, o de «casa em que se conservam os Livros das Leis, Escrituras Públicas, Contratos», etc. Assim, *Torre do Tombo* é a casa onde se conservam ou guardam os «tomos».

A segunda parte do livro é preenchida pela edição diplomática do códice. Explicam-se os critérios de transcrição e edição e, a partir da p. 121 até à 182, decorre a transcrição que, quanto me foi possível acompanhar, me parece feita com critério, susceptível de fornecer um sem-número de dados de interesse linguístico. A Autora soube ainda publicar com o seu livro utilíssimos «índices» indispensáveis na publicação de um trabalho tão importante como este, e é bom que a sua apresentação se vá generalizando, sobretudo em edições de carácter científico. Por largo tempo, e ainda hoje por vezes se verifica, os autores portugueses não apresentavam índices específicos discriminados, que tanto valorizam uma obra, ao contrário do que de há muito se verificava nos livros estrangeiros, principalmente nos alemães. O Prof. Manuel de Paiva Boléo, da Faculdade de Letras de Coimbra, foi um dos primeiros e principais propugnadores desse benefício bibliográfico. Felizmente, hoje em dia, já vão sendo frequentes. Uma bibliografia essencial não poderia faltar num trabalho que honra a Autora e a Instituição a que pertence. Investigação congénere tinha sido já efectuada por Ruy de Azevedo para a Misericórdia de Benavente. Também nós redigimos para esta mesma instituição de beneficência um opúsculo que intitulámos *Da Confraria do Espírito Santo à Santa Casa da Misericórdia*. O nosso percurso foi, contudo, diferente: estudámos *Confraria, Hospital, Misericórdia*, enquanto Isabel Miguéns estuda *Hospital, Gafaria e Confraria da Misericórdia*.

* * *

O trabalho de Maria Isabel Nunes Miguéns, integrado na colecção *Patrimonia Historica*, edição de dissertações, sob a direcção de Iria Gonçalves, iniciativa e propriedade da Associação de Projectos Culturais e Formação Turística, de Carnaxide, que inclui já um número considerável de edições de autores conhecidos, sai com patrocínio da Universidade Autónoma de Lisboa.

Editora e patrocinadora estão de parabéns. E, por curiosa coincidência, o trabalho vê a luz do dia precisamente no ano em que se preparam brilhantes comemorações – de Junho a Julho próximos – dos 500 anos da fundação da Misericórdia de Lisboa, a que a de Sintra em certa medida está ligada. Seria útil que a Autora, ou a Editora, fizesse chegar à Provedoria de Lisboa um exemplar da sua tese, que é, por assim dizer, como que uma antecipação daquelas celebrações. Creio que haveria boa receptividade ao seu trabalho.

O apoio muito louvável da Cooperativa de Ensino Universitário distingue uma cooperadora nossa, neste projecto CEU/UAL, desde a primeira hora, enquanto a Autora, Maria Isabel Nunes Miguéns, oferece à instituição que serve o seu primeiro trabalho de investigação de vulto. Exemplos que são para louvar e para seguir.

Lisboa, 31 de Março de 1998.

Justino Mendes de Almeida